

<b>Entrevista</b>	
Mendes Ferrão . . . . .	153
<i>Entrevista conduzida por Maciel Santos e José Ramiro Pimenta</i>	
<b>África em debate</b>	
<b>Poderes e Identidades</b>	
Esclavagistas e respectivas marcas e monogramas, gravados a fogo, faca e tesoura . . . . .	173
<b>Adriano Parreira</b>	
Recriar a China na Guiné: os primeiros chineses, os seus descendentes e a sua herança na Guiné Colonial. . . . .	211
<b>Philip J. Havik e António Estácio</b>	
Les chefs locaux et le recouvrement fiscal au Nord-Cameroun colonial et postcolonial: cas de la plaine du Diamaré et des Monts Mandara. . . . .	237
<b>Patrice Pahimi e Jean Gormo</b>	
Identidade cabo-verdiana face aos desafios da diáspora. . . . .	247
<b>Carlos Lopes</b>	
<b>Notas de Leitura</b>	
Dans les méandres de la mémoire . . . . .	257
<b>René Pélissier</b>	
Notas sobre a valia de fundos documentais empresariais para a história recente de São Tomé e Príncipe e de Portugal (a documentação de Francisco Mantero e da Sociedade de Agricultura Colonial) . . . . .	277
<b>Augusto Nascimento</b>	
<i>Reclamar o futuro...</i> Notas sobre a 13.ª Assembleia do CODESRIA . . . . .	285
<b>Augusto Nascimento</b>	
Álcool em África: Uma bibliografia da literatura secundária, 1993-2011 . . . . .	299
<b>José C. Curto e Simon Heap</b>	
Caminhos-de-ferro em S. Tomé e Príncipe. O caminho-de-ferro em S. Tomé e Príncipe e os caminhos-de-ferro das roças . . . . .	317
<b>Hugo Pereira</b>	
<b>Resumos</b> . . . . .	323
<b>Legendas das ilustrações</b> . . . . .	327

## Editorial

A. I. Voeikov (1842-1916), geógrafo russo, considerava a geografia como uma combinação de ‘corpos móveis’, que, mobilizados pela superfície terrestre, em cada momento configuravam um arranjo especial que caracterizava um determinado período da história da Terra e da Humanidade. Relativamente obscuro no Ocidente, este geógrafo foi contudo divulgado em língua francesa, nos *Annales de Géographie* (1901). Quase um século mais tarde, Latour, Serres e outros autores viriam a desenvolver teorias de geografia da ciência com elementos semelhantes à de Voeikov (*nihil novum sub sole*), sem que porventura se fizesse a devida justiça à memória epistemológica do precursor.

Serve esta breve incursão na história do pensamento científico para justificar a ‘Apresentação’ do n.º 17 da revista *Africana Studia*, cujo tema dominante é a exploração colonial de África levada a cabo por Portugal, sobretudo no período ao redor do estabelecimento do ‘sonho cor-de-rosa’ de tornar contíguas as possessões das ‘áfricas’ ocidental e oriental portuguesas.

A exploração científica configura uma especial relação de ‘poder metropolitano’ e ‘conhecimento colonial’. Pode, por isso, ser analisada segundo várias perspectivas, de modo a que se possa caracterizar o mais profundamente possível a sua natureza e efeitos: é uma forma de ‘poder’, porque se estabelece a partir de um ‘centro de controlo’ que organiza expedições e recolhe elementos de informação com vista a uma mais concreta exploração do espaço distante; é uma forma de ‘representação’, porque faz acompanhar a organização dos espaços de poder com ‘paisagens’ de natureza e cultura distintas das do ponto de partida, que estetizam, mitificam, e, ‘justificam’ enfim, o empreendimento da exploração; finalmente, é uma forma de ‘prática’, expedições de homens de armas, de engenheiros e técnicos, de cientistas e políticos, que penetram o terreno e o vão reclamando, parcela por parcela, para o centro ‘metropolitano’ que tudo organiza à distância, concretizando assim a poderosa intuição de Voeikov e da sua geografia da ‘mobilização global’.

Na história da ciência, como em qualquer outra expressão geográfica, *scale matters*. Por essa razão, faremos acompanhar esta apresentação com mapas que nos permitam apreender não apenas qual a ‘convocação de lugares’ que dá corpo aos estudos científicos dos autores aqui representados, mas também apreender o modo como, a diversas escalas, esses lugares configuram uma rede inextricável de ‘poder’, ‘representação’ e ‘prática’.

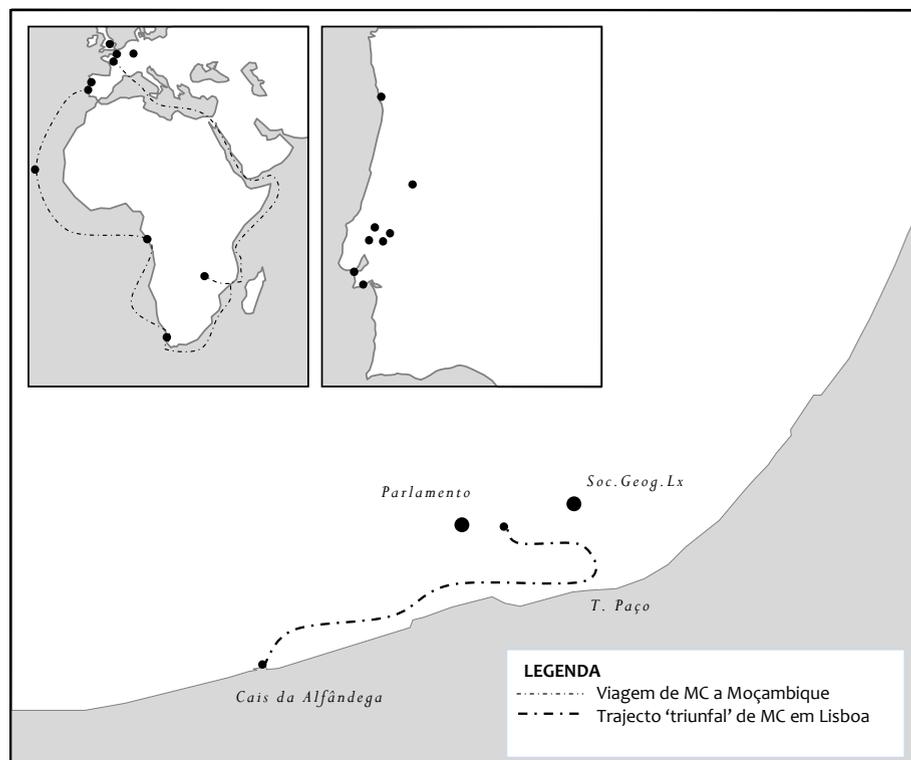
### Poderes

O poder colonial europeu em África, sobretudo a fase imperialista que se inicia ao redor da transição do terceiro para o último quartel do século dezanove, e com desen-

volvimentos robustos por toda a primeira metade do século seguinte, é a expressão de uma conjugação de poderes diversos, sobretudo militar, financeiro, científico, com capacidade de mobilização planetária, organizada a partir de centros metropolitanos ocidentais.

Os ‘centros de controlo’ do poder colonial situam-se, naturalmente, nas grandes capitais da Europa, sobretudo Londres, Paris, Berlim e Bruxelas, e também Lisboa. Cada um destes centros se equipa mais ou menos adequadamente à exploração de África e muitas das desventuras diplomáticas e devastadores recontros militares entre as potências europeias deste tempo se devem à competição entre todos pela maior parcela do continente africano. Nestas metrópoles se situam os banqueiros financiadores do empreendimento militar e de exploração de recursos, todas elas organizam ‘escolas coloniais’ com o intuito de prover um grupo de técnicos especializados para esse empreendimento; deles se desdobra a rede política e administrativa que vai incansavelmente organizando a presença do estado em territórios distantes.

Portugal participa também deste esforço, ainda que não possua os mesmos argumentos militares e financeiros de outras potências coloniais. Em Lisboa, como em Londres, Paris, Berlim ou Bruxelas, também as instituições política e científica se associam



**Figura 1** – Lisboa: um ‘centro de império’ no contexto do colonialismo europeu do final do século dezanove.

numa ‘Sociedade de Geografia’, corpo institucional característico deste século das explorações, cujos membros se moviam indistintamente entre o Parlamento e a Escola ou Museu coloniais. À Sociedade de Geografia de Lisboa pertenceram os exploradores Serpa Pinto (especialmente convocado neste livro, como se verá) Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e muitos outros que, através dela, em nome do Estado português, foram ‘reconhecendo’ uma terra até então desconhecida para o centro metropolitano que a reclamava como sua. Este é um empreendimento que conta com importantes episódios precursores, alguns remontando ao século anterior, como a viagem de Lacerda de Almeida ao Kazembe, mas que conhecerá a fase de maior exuberância quase um século mais tarde.

O mapa da **figura 1** – organizado a partir dos estudos, neste volume, de P. J. Fernandes, V. L. Rodrigues e L. F. Antunes – pretende ilustrar de uma forma condensada o modo como a geografia dos ‘espaços de poder’ organiza o empreendimento da exploração africana a partir de um centro metropolitano.

A visão do leitor vai-se aproximando cartograficamente de Lisboa, que representa tipicamente um centro de organização colonial tardo-oitocentista, mas inserindo-o no contexto global, europeu e nacional que o enquadra e lhe dá um significado de algum ‘modo’ exemplar, ainda que contendo algumas especificidades se comparada com as congéneres europeias.

No ‘cartão’ do mapa que representa o conjunto Europa-África, podemos visualizar a ‘geografia do poder’ associada à ‘súbita vocação africanista de Mariano de Carvalho’, e que decerto modo contém todos os elementos desta desigual relação entre a Europa e África do final do século dezanove: saindo de Paris, onde consulta altas figuras da Finança, tomando o vapor em Marselha até Zanzibar, estacionando em Quelimane, subindo até Manica na mira de observar ao vivo o valor dos recursos mineiros; desenvolvendo em Lourenço Marques uma geografia administrativa da *irredente* Moçambique; tomando o vapor *Malange* de regresso a Portugal, Mariano de Carvalho concretiza nestes passos as inúmeras viagens quase idênticas que o poder do Capital e do Estado fazia desenhar no continente africano, a ele impondo o investimento técnico e a organização administrativa, dele explorando abundantemente os recursos. Chegado a Lisboa, é recebido em triunfo, aclamado por gente vinda desde Sesimbra até a Abrigada (‘cartão’ do mapa que representa Portugal), levado em ombros quase desde o cais em que aportou ‘vindo do império’ até sua casa, desenhando na topografia de Lisboa os desejos e aspirações populistas de um Portugal ávido das riquezas das colónias.

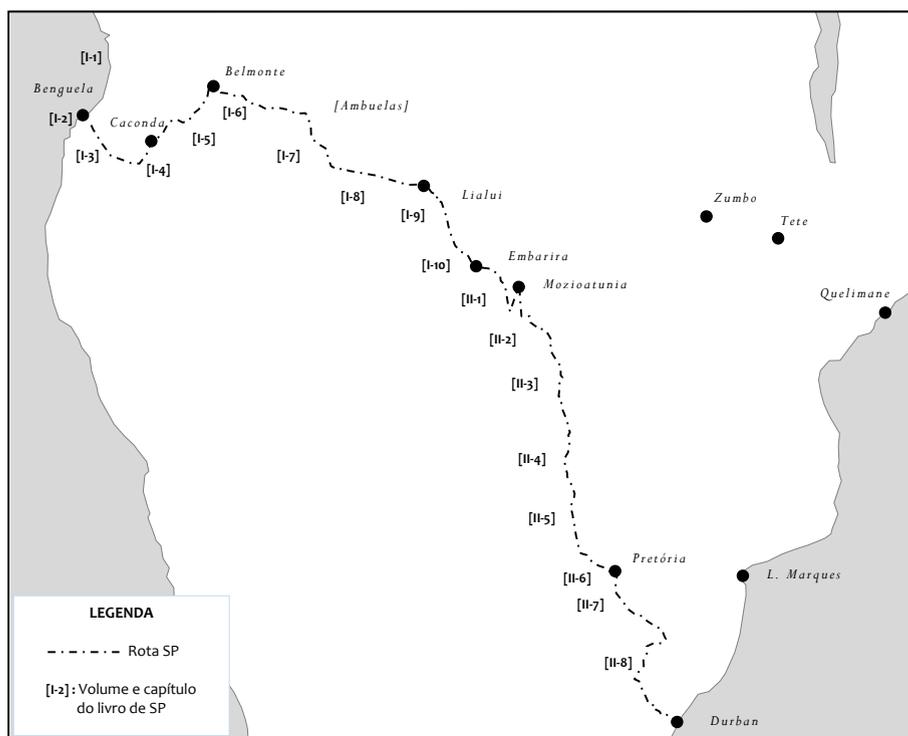
A inspiração política da viagem de Mariano de Carvalho relaciona-se intimamente com a formação técnica considerada necessária ao mesmo empreendimento colonial. De novo no ‘cartão’ que representa Europa e África, podemos ver alguns pontos destacados (Londres, Paris, Bruxelas, Lisboa, Porto, Cabo Verde, Luanda, Cidade do Cabo...) que indicam a localização das ‘exposições coloniais’, eventos de exuberante apresentação do ‘globalização imperialista’, de gentes e produtos, procurando cativar e criar permanentemente um mercado de consumo global para uma global economia de exploração. Grande parte destas exposições eram organizadas por ‘sociedades geográficas’. A Sociedade de Geografia de Lisboa, sede da Escola Colonial durante décadas, situa-se no mapa de Lisboa a maior escala, com a intenção de representar, em face do Parlamento, a especial transitividade entre os termos correlatos do poder e do conhecimento.

## Representações

Aos espaços de poder organizados pelo centro de organização metropolitana correspondem necessariamente 'visões coloniais', paisagens dos territórios explorados e ocupados, descrições mais ou menos estetizadas e até mitificadas da natureza e cultura de lugares e povos tão distantes.

As narrativas de viagem de exploração são um subconjunto importante no contexto das narrativas de viagem entendidas como género literário. Apesar de possuírem um carácter 'científico', porque necessariamente reproduzem os passos de uma viagem de reconhecimento geográfico de um território, não raro acompanhada por cartografia rigorosamente elaborada, é sempre possível detectar, conspícua ou subtilmente, a 'visão-do-mundo' do explorador e, assim, da sociedade de que ele emerge e de que constitui uma 'guarda-avançada' na penetração do mundo africano pelo espaço europeu.

Os estudos de José Ramiro Pimenta, Ana Francisca de Azevedo e Fernanda Carrilho incidem especialmente sobre a obra de Serpa Pinto, 'Como eu atravessei a África'. Através deles temos acesso aos 'mecanismos' e 'efeitos' que caracterizam uma literatura deste género. O mapa da **figura 2** reproduz alguns destes pontos essenciais:



**Figura 2** – Escala, identidade e literatura de viagens: A obra 'Como eu atravessei a África' de Serpa Pinto.

anotando os capítulos ao longo do trajecto do explorador, temos noção do modo como sistematicamente se 'inscreve a terra em texto' (não é esse o sentido original da palavra *geographia*?). Ao fazê-lo, o autor estabelece definitivamente, pelo menos para uma determinada audiência, europeia e 'metropolitana' – a única que terá acesso ao seu livro –, uma visão das regiões de África que atravessa.

Estabelece-se uma aproximação sucessiva, um *télescopage*, à viagem de Serpa Pinto ao longo da região (J. R. Pimenta e A. F. Azevedo); consoante a escala a que se 'observa' o autor, apercebemo-nos de que este se reveste de diversas 'identidades', constituindo juntas o complexo personagem que é um explorador homem, branco, europeu, a percorrer lugares e paisagens para si desconhecidas, contactando geomorfologias, climas, plantas e animais inusitados, convivendo (bem ou mal) com gentes dele muito diferentes, tecendo relações pessoais de intensa proximidade, em que elementos de crua sensualidade e inflamada espiritualidade se podem reconhecer.

Demonstra-se convincentemente (F. Carrilho) o modo como este processo de apresentação da terra distante ao público ávido de curiosidade sofre um processo de 'ampliação' tão forte que as páginas finais do livro contêm tanto de elaboração posterior como de notas precisas recolhidas no terreno. Mas é justamente essa espessura existencial que permite ao leitor aceder ao mundo íntimo do explorador, às suas convicções e preconceitos, e, através dele, compreender o contexto imperialista europeu que envia exploradores a terras tão distantes das de sua origem.

## Práticas

O colonialismo comanda globalmente espaços de poder que se concretizam *localmente* sob a forma de explorações geográficas, expedições militares de ocupação, organização administrativa militar e civil, enfim por uma progressiva 'incorporação' do território distante na função do centro metropolitano que de longe a organiza. Nos estudos de Eugénia Rodrigues, Eduardo Medeiros e Ana Roque podemos ver, em áreas distintas do território que viria a ser a colónia de Moçambique, o modo como esta prática se concretiza.

A incorporação de territórios 'incógnitos' na esfera da organização colonial dos estados imperialistas obedece a uma série de episódios sucessivos, desde o contacto 'exploratório' do terreno até à negociação diplomática das fronteiras das novas entidades administrativas. Não raro, pelo meio, é inevitável o uso da força militar para impor pela violência a nova ordem a autóctones que não a desejam ou a potências vizinhas que a desejam antes para si. Estes estudos possuem a vantagem de nos oferecer para um mesmo espaço geográfico três episódios que configuram como que 'exemplares' da série de movimentos que intermedeiam o contacto inicial e a delimitação da terra incorporada no império.

A expedição de Lacerda de Almeida constitui um dos primeiros empreendimentos político-científicos organizados por Portugal com o intuito de reconhecer o território que se interpunha entre as suas possessões nos litorais atlântico e índico da África austral. Muito tempo antes, mas antecipando-a já, da efervescência das viagens de reconhecimento da região levada a cabo por todas as potências coloniais europeias nos finais do século seguinte, é ainda nos finais do século dezoito que o 'geógrafo' formado no Brasil, Lacerda de Almeida, organiza uma expedição, através do eixo de

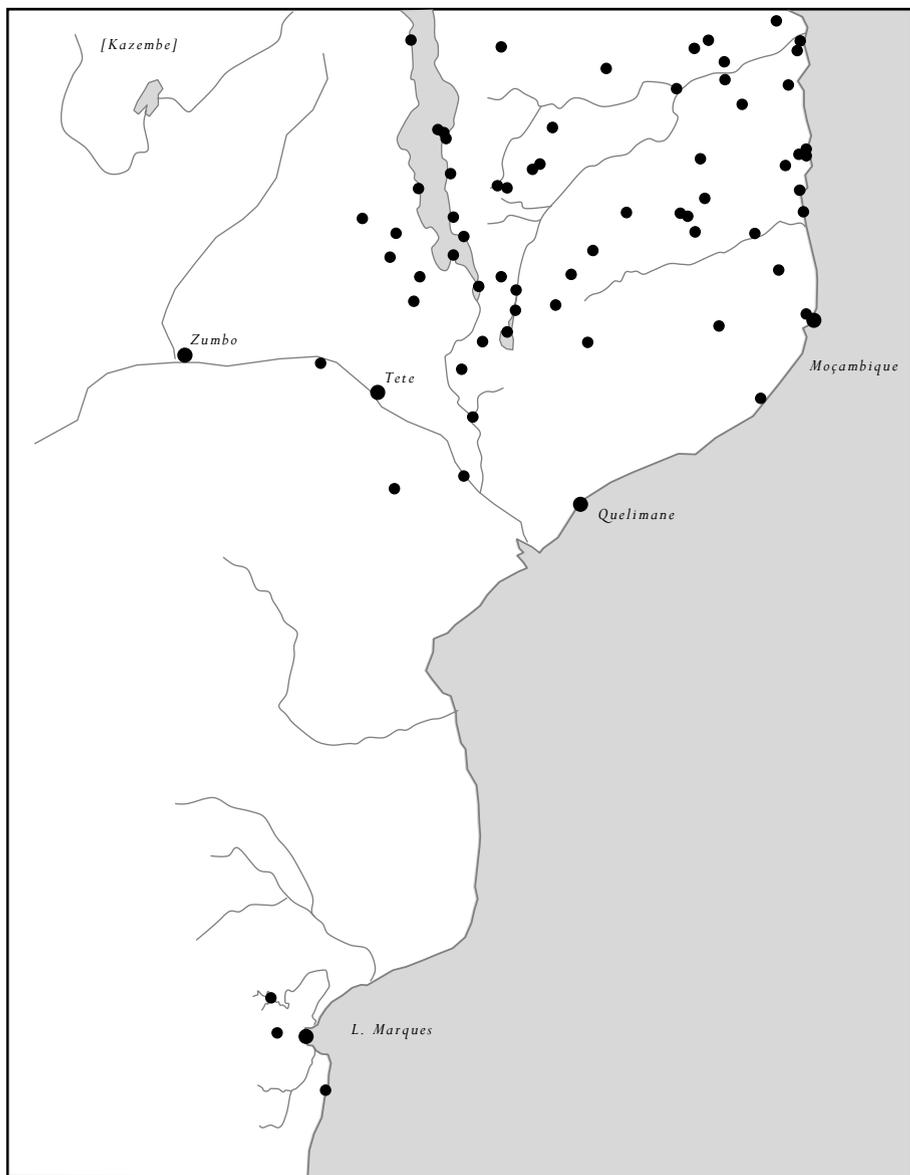


Figura 3 – Moçambique: episódios de ocupação do espaço: Zambézia, Niassalândia e Lourenço Marques.

penetração do Zambeze, com o intuito de abrir relações diplomáticas com o *mwata kazembe*, régulo de uma região próxima do lago Bangweulu que, conhecida dos mercadores e escravos das terras de entre Tete e Zumbo, mantinham eles próprios relações com povos da região Lunda, que por sua vez era conhecida de mercadores e escravos do interior e dos portos de Angola – configurando assim uma possibilidade real de estabelecer um contacto duradouro entre os dois litorais sob possessão portuguesa. A leitura de Eugénia Rodrigues permite justamente notar como a disposição abstracta de um poder organizado globalmente (Lacerda de Almeida é um português do Brasil que estudou em Coimbra e que o Rei de Lisboa envia ao Zambeze...) se ‘incarna’ em relações pessoais tecidas localmente, e como obscuros carregadores, guias e intérpretes, cuja voz está quase ausente das grandes narrativas das viagens de exploração, se revelam afinal fundamentais para o desenvolvimento da expedição. Eduardo Medeiros colige um manancial impressionante (de facto grande parte das localizações do mapa da figura 3 referem-se-lhe) de entidades geográficas e étnicas relacionadas com a disputa da terra da Niassalândia por Portugal, a Grã-Bretanha e os diversos poderes africanos organizados localmente, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Em parte coincidindo com a região também estudada no artigo de Eugénia Rodrigues, temos no artigo de Eduardo Medeiros, o acesso a uma fase bem diferente da relação do poder ‘metropolitano’ com o conhecimento do espaço colonial. Através da sua narrativa no território que se estende entre o litoral entre Cabo Delgado e Moçambique (Ilha) e o lago Malawi, enquadrado pelos rios Rovuma e Chire, temos acesso privilegiado a diversos episódios da ocupação violenta de um território, das realidades étnicas e geográficas – até religiosas – que lhe dão assento, e do grau de mobilização a que Portugal se propôs para reclamar as áreas que viriam a formar toda a região norte da futura colónia de Moçambique – ao estado português custou-lhe um *ultimatum* e porventura a forma monárquica do regime. O estudo de Ana Roque incide sobre a parte final desta série de exploração-ocupação-definição dos territórios coloniais. Através da sua investigação sobre a delimitação das fronteiras do Distrito de Lourenço Marques, com os vizinhos *boers* e *swazis*, que de perto envolviam a ‘Lagoa’, uma baía em que tinham a foz os rios Incomati e Maputo, e onde viria a estabelecer-se a povoação de Lourenço Marques, então relativamente subordinada a Quelimane ou Moçambique, podemos ter uma visão realmente ‘geográfica’ do modo como as *fronteiras* põem em contacto esferas de dominação e centros de organização dos territórios que deles dependem. E ‘geográfico’ também, porque nos podemos aperceber de como a par da disposição abstracta da trigonometria (que se vê no carácter rectilíneo e artificial de tantas fronteiras de África), o acto de ‘escrever a Terra’ (e esse é afinal o outro sentido íntimo da palavra *geographia*...) faz uso dos seus próprios elementos – como a cadeia dos Libombos – para dar assento a linhas que no fim apenas o mapa regista.

### Uma investigação em aberto

O âmbito geográfico e histórico deste conjunto de estudos está bem delimitado, centrando-se sobretudo no território a que nos finais do século dezanove ainda se dava o nome de ‘África Oriental Portuguesa’ e que viria a dar origem, cumpridos vários episódios de exploração, ocupação e organização administrativa, e finalmente

a independência, ao estado de Moçambique. São necessários mais estudos semelhantes aos que aqui são apresentados, para se cumprir a dupla determinação de conhecer e finalmente descolonizar o 'tropicalismo português'.

Os estudos que dão corpo à primeira parte deste volume têm, na maior parte, origem no Congresso 'Exploração Científica em África na Época de Serpa Pinto' que o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Associação Cultural Serpa Pinto organizaram em Cinfães, terra de naturalidade daquele explorador, entre 14 e 15 de Outubro de 2010.

Sem a discussão estimulante que teve lugar durante este encontro organizado pela Associação Cultural Serpa Pinto e sem o apoio material desta Associação, este dossier temático não teria sido possível.

**José Ramiro Pimenta**  
Centro de Estudos Africanos da  
Universidade do Porto

## *Exploração científica em África na época colonial*

